

ARQUIVOS DE ARQUITECTURA E SISTEMAS DE INFORMAÇÃO SOBRE ARQUITECTURA: UMA RELAÇÃO COOPERATIVA

João Vieira

Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana

jsvieira@ihru.pt

www.monumentos.pt

1. Arquitectura

A Arquitectura é uma das mais visíveis e complexas produções do homem e uma das que maior impacto transmite a várias escalas da vida em sociedade. Entendida na sua aceção mais ampla, a Arquitectura engloba não só os edifícios e estruturas construídas e seus componentes, como também os próprios aglomerados urbanos e as unidades paisagísticas que sucessivamente os integram e contextualizam.

A Arquitectura pode virtualmente encerrar **múltiplos valores** para aqueles que com ela se confrontam: do valor funcional ao económico-financeiro, do valor artístico e cultural ao científico e tecnológico, do valor histórico e documental ao simbólico e identitário. Esses valores podem ser **intrínsecos** aos próprios objectos arquitectónicos, individualmente considerados, mas podem também ser produzidos ou reforçados pelo conjunto de **relações significantes** que esses objectos mantêm entre si, com as comunidades e os indivíduos que os produzem ou utilizam e com as actividades que suportam. O Património Arquitectónico é, nesse sentido, constituído pelo conjunto das estruturas físicas e correspondentes relações que determinada comunidade ou grupo de indivíduos especialmente valoriza num dado momento.

Trata-se, já se vê, de um **complexo dinâmico de difícil apreensão e representação**, porque susceptível de suportar diversas leituras e de ganhar significados distintos consoante a escala, o ponto de perspectiva e o momento histórico considerados.

A Arquitectura constitui-se como um **território por excelência de comunicação** e de troca de ideias, valores, sentidos e emoções. Mas é também, por essa mesma razão, um campo de tensões onde se cruzam e não raras vezes se confrontam diversos interesses e expectativas: desde os que separam esferas distintas da autoridade pública, até aos que opõem o interesse público às múltiplas e, quase sempre, entre si antagónicas conveniências privadas.

Além disso, o objecto arquitectónico não só tende a **perdurar** por períodos de tempo muito extensos como é alvo de sucessivas **transformações** induzidas pelo próprio desenvolvimento económico e social, tecnológico, cultural e das mentalidades verificado nos contextos macro e micro em que se insere. Desde o século XIX, por exemplo, que a Arquitectura vem sofrendo profundas e contínuas mudanças provocadas quer pela industrialização, quer pela introdução de novos materiais, processos e técnicas, quer pela evolução das concepções artísticas, quer ainda pelo surgimento de novas funções.

Diversos são os papéis sociais convocados pela Arquitectura: autor, proprietário, promotor, empreendedor/construtor, conservador, financiador, utilizador, legislador, gestor/administrador, investigador, crítico, divulgador, fruidor, professor, estudante. Assim como **múltiplas e entrecruzadas são as actividades** que lhes cabe desenvolver nesse âmbito. Com frequência essas actividades desenvolvem-se através de **procedimentos de elevada complexidade** administrativa, científica, técnica e tecnológica, onde só especialistas têm a capacidade e a legitimidade de intervir. Noutras ocasiões, porém, são grandes o interesse e a expectativa que suscitam junto das comunidades, sendo, por isso, sujeitas a **permanente escrutínio público, a forte politização e a cerrada mediatização**.

Por outro lado, enquanto objecto do conhecimento e da prática a Arquitectura constitui uma **plataforma multidisciplinar** sustentada por áreas do saber tão diversas quanto: a Matemática e outras Ciências Exactas, as Ciências da Terra, a Arte, as Tecnologias, as Ciências Sociais, a Política, a Filosofia, a Semiologia, a História, etc. Neste último caso, é curioso constatar o interesse crescente que a História da Arquitectura vem granjeando junto das comunidades universitária e da investigação científica, sendo cada vez mais significativo o grupo de especialistas a ela dedicados.

2. Informação e documentação sobre arquitectura

Em suma, por tudo o que fica dito se perceberá que a Arquitectura é um sector da actividade económica e social onde se **produz, processa, transmite e consome informação/documentação em grande quantidade e com forte conteúdo técnico-científico, artístico e tecnológico.**

É uma área onde:

- as necessidades de informação podem abarcar **extensos períodos temporais**;
- as **perspectivas de análise** sobre objectos e acções podem ser **múltiplas**, em função de diversos pontos de vista e necessidades funcionais;
- os **graus de profundidade** da informação necessária e de **relevância e pertinência** na sua recuperação são frequentemente muito elevados;
- os **registos** técnicos e artísticos têm normalmente uma **estrutura documental de assinalável complexidade**, para além de poderem recorrer a diversos códigos de comunicação e tipos de representação e ainda a processos tecnológicos e a materiais de registo e reprodução de características muito específicas e em constante evolução;
- existem invariavelmente fortes **condicionantes à comunicação** a terceiros de parte substancial desses documentos e dessa informação, obstáculos impostos pela necessidade imperiosa de proteger direitos de propriedade intelectual, de privacidade e de garantir a segurança dos bens e dos seus proprietários e ou utentes;

- esses mesmos registos, para além do **valor informativo e probatório** que naturalmente encerram, podem ainda ser relevantes do ponto de vista artístico – como peças de arte ou artefactos – e, qualquer um desses tipos de valor, pode assumir **uma expressão financeira** muito significativa.

Por outro lado, as diversas **Cartas e Convenções Internacionais** que visam a protecção do património arquitectónico defendem e difundem o princípio segundo o qual a produção, aquisição, a conservação e difusão de informação e documentação sobre arquitectura são, no contexto da sociedade actual, um dos principais meios para definir o sentido e permitir a identificação, a compreensão, o reconhecimento, a salvaguarda e a valorização do património arquitectónico.

Por fim, é forte convicção da **comunidade internacional dos arquivos e museus de arquitectura** - designadamente da Secção de Arquivos de Arquitectura do Conselho Internacional de Arquivos, que aqui hoje também represento -, que:

- os documentos e arquivos de arquitectura são um “elemento-chave do nosso património cultural, sendo o testemunho de como a Arquitectura foi sendo projectada, construída, gerida e utilizada e, em certos casos, o único registo da existência de construções já desaparecidas ou de projectos nunca executados”;
- “promover o acesso a mais e melhores documentos de arquitectura autênticos pode constituir uma poderosa estratégia para:
 - melhorar a qualidade do desempenho técnico e administrativo de uma organização, bem como reforçar a cultura e identidade organizacionais;
 - aumentar a consciência pública sobre a qualidade da arquitectura e do ambiente construído e sobre a importância de se proteger o património arquitectónico;
 - promover a investigação científica e técnica em Arquitectura e em campos disciplinares associados;

- o encorajar a utilização dos documentos e arquivos como recurso educativo e fonte de fruição cultural."¹

3. Sistemas de informação e arquivos de arquitectura

Será então lícito deduzirmos, do que disse atrás, que, para as entidades que se dedicam, no todo ou em parte, à protecção, conservação e valorização do património arquitectónico, urbanístico e paisagístico, é fundamental dotarem-se de sistemas de informação e documentação ao mesmo tempo sofisticados, robustos e flexíveis, capazes de operacionalizarem, de forma eficaz e eficiente, a tão propalada máxima: "conhecer para proteger".

É certo que, no passado, as organizações arquitectónicas foram de alguma forma suprindo as suas necessidades de informação mediante a construção e manutenção de sistemas de cadastro e de inventário de arquitectura, ora de cariz jurídico-patrimonial, ora de vocação técnico-científica, a maior parte dos casos, porém, em formato papel, com dados pouco estruturados ou com incipiente suporte informático. Além disso, não só estes *instrumentos de descrição e controlo*, quando existiram, se limitaram a um registo formal e ou artístico dos objectos arquitectónicos em si, sem incorporarem informação essencial de carácter técnico e tecnológico sobre os mesmos, bem como sobre as diversas acções de gestão e conservação sobre eles efectuadas, como a relação estabelecida entre esses recursos de informação e os arquivos organizacionais, quando existente, era efectuada de forma estática e indirecta.

A gestão dos arquivos, por seu turno, foi durante muito tempo dominada por uma concepção limitada do seu potencial organizacional, como recurso de prova e informação relativamente a uma transacção jurídica concreta.

¹ Estatutos da Secção de Arquivos de Arquitectura do Conselho Internacional de Arquivos, in <http://www.ica.org/sites/default/files/Constitution03-2004ANG.pdf> [disponível em 2008-02-13]

Hoje em dia, porém, a situação não evoluiu significativamente no que respeita ao papel desempenhado pelos arquivos no âmbito dos sistemas de informação sobre arquitectura. Se é certo que existem actualmente ao dispor das administrações modernas ferramentas informáticas de apoio à produção, ao processamento e à utilização de dados e informação em formatos sofisticados sobre arquitectura, informação essa que se revela essencial para execução das diversas funções actividades arquitectónicas, não é menos certo que o grau de interoperabilidade entre essas ferramentas e os arquivos gerados no decorrer dessas mesmas actividades continua a não ser suficiente.

Não obstante, as vantagens que advêm da estruturação de um sistema de informação sobre arquitectura que garanta um elevado grau de inter relação funcional entre um módulo especializado na descrição e controlo de objectos arquitectónicos e outro dedicado à descrição de documentos e arquivos parecem óbvias.

A saber:

- O Arquivo documenta (informação e prova) o objecto arquitectónico e as diversas acções que sobre ele incidem; além disso, documenta e ilustra o recurso de informação especializado no controlo e descrição de arquitectura;
- Este recurso, por seu turno, pode demonstrar-se essencial na recuperação de documentos do arquivo e ou da sua meta-informação, através da utilização de critérios de pesquisa complexos e especializados, relacionados com os atributos dos objectos arquitectónicos que descreve; poderá, ainda, cumprir um papel de "ficheiro de autoridade", essencial na representação controlada dos conteúdos dos documentos do arquivo através da simples associação entre o registo do objecto arquitectónico e o registo de descrição documental dos documentos a ele alusivos.

Esta relação cooperativa entre recurso de informação e recurso documental sobre arquitectura tem ainda a vantagem de estruturar em diferentes níveis ou camadas o produto final, de molde a melhor adequá-lo às necessidades diversas dos utilizadores:

a **camada superior (informação)** composta por informação extremamente estruturada mas de profundidade limitada; a **camada inferior (documentação)** integrando informação pouco estruturada mas de grande profundidade.

Esta **abordagem integrada à gestão da informação e da documentação** sobre arquitectura pode ainda induzir o desenvolvimento de estratégias de gestão de projectos assentes no planeamento concertado, na partilha de recursos e na divisão do trabalho segundo critérios de especialização de competências. Como exemplos da partilha de recursos ocorre pensar na infra-estrutura informática de suporte, bem como nalgum software aplicacional: geo - referênciação, gestão de linguagens controladas, gestão de processos e *workflow*, etc. Quanto à especialização do trabalho, impõe-se referir o caso da indexação por assuntos como uma função onde os especialistas em Arquitectura e Urbanismo e áreas afins podem desenvolver um trabalho de grande especificidade em prole da qualificação dos sistemas de arquivos, desde que devidamente enquadrados pelos profissionais da área.

4. Sistema de Informação para o Património Arquitectónico (SIPA)

Um exemplo claro desta relação cooperativa entre arquivos arquitectura e informação sobre arquitectura é o Sistema de Informação para o Património Arquitectónico (SIPA), actualmente desenvolvido pelo Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU). Criado em 1992 no contexto da ex-Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN), o SIPA é um recurso de informação e documentação especializado em património arquitectónico e assente em metodologias e ferramentas avançadas de identificação, registo, documentação, interpretação, estudo e divulgação quer de edifícios e estruturas construídas, aglomerados urbanos e paisagens culturais, quer dos múltiplos valores, significados e sentidos que aqueles podem virtualmente encerrar para comunidades e agentes.

Enquanto sistema de informação e documentação o SIPA procura constituir-se como um meio ao serviço da qualificação do ambiente construído e, nesse sentido, um instrumento de apoio às políticas e acções de ordenamento do território, de

desenvolvimento regional, de reabilitação urbana e de salvaguarda e valorização do património arquitectónico.

Tem como público-alvo os agentes do património arquitectónico e urbanístico, bem como as comunidades científica e educativa. É disponibilizado ao grande público através do site www.monumentos.pt.

Integram o SIPA os seguintes recursos de informação e documentação:

- Recursos de informação:
 - Inventário do Património Arquitectónico (IPA), base de dados que conta já com cerca de 30.000 registos técnico-científicos relativos a edifícios, conjuntos, sítios e paisagens culturais de todo o país e de algumas regiões de colonização portuguesa;
 - Inventário de Conjuntos Urbanos e de Paisagens, base de dados em webSIG;
 - Tesouro SIPA (c. 6300 termos)
- Recursos de documentação:
 - Arquivos e colecções documentais gerados pelos vários serviços e órgãos da ex-DGEMN - (1929-2007) e seus antecessores (onde, por sinal, se incluem muitos documentos da autoria dos Arquitectos Raul Lino e Cristino da Silva), bem como por arquivos pessoais e espólios de relevantes criadores e agentes da arquitectura, arquitectura paisagista, urbanismo, design e arte dos séculos XX e XXI. A curto prazo prevê-se a integração no SIPA dos conjuntos de documentação gerados no âmbito do ex-Fundo de Fomento da Habitação, ex-IGAPHE - Instituto de Gestão e Alienação do Património Habitacional do Estado e ex-INH - Instituto Nacional da Habitação;
 - Biblioteca do IHRU (constituída a partir das bibliotecas da ex-DGEMN e do ex-IGAPHE), especializada nos domínios da Habitação, Reabilitação Urbana e Património Arquitectónico.

O SIPA está fisicamente instalado no Forte de Sacavém e é produzido e gerido pelo IHRU a partir de recursos próprios e do contributo de outros produtores e gestores qualificados de informação/documentação arquitectónica, urbanística e territorial. Deste conjunto de parceiros destacam-se as entidades do Ministério da Cultura com atribuições na área do património arquitectónico, bem como as entidades da Administração Regional e Local com responsabilidades nas áreas do ordenamento do território e da protecção e valorização do património arquitectónico e urbanístico.

Além de procurar estreitar os laços de cooperação com esses parceiros “naturais”, é estratégia do IHRU o estabelecimento de outras parcerias especializadas com instituições de I&D e com outros detentores e gestores de informação/documentação de arquitectura como forma de qualificar e disponibilizar selectivamente os conteúdos SIPA.

A Biblioteca de Arte da FCG, pelo excelente trabalho que está a ser hoje aqui apresentado e outros que tem vindo a desenvolver no domínio do arquivo de Arte e dos espólios/arquivos de arquitectura perfila-se, desde há muito, como um desejável parceiro SIPA.